

Ministério da Economia e do Emprego

Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I. P.



MISSÃO: O LNEG, I. P. é o laboratório do Estado que tem por missão impulsionar e realizar acções de investigação, de demonstração e transferência de conhecimento, de assistência técnica e tecnológica e de apoio laboratorial dirigidas às empresas, nos domínios da energia e geologia

VISÃO: Pretende-se que o LNEG assuma um papel de interface entre os resultados decorrentes das atividades relacionadas com os Programas de I&D e a sua integração tecnológica junto do setor privado, no âmbito das competências estratégicas e políticas para o desenvolvimento económico e social que lhe estão cometidas pelo MEE

Objectivos Estratégicos

- OE1:** Reforçar a atividade de I&D&I focalizando competências estratégicas nas necessidades das Políticas Públicas
- OE2:** Reforçar parcerias com particular incidência na internacionalização
- OE3:** Garantir as boas práticas de gestão para a eficiência global e bem estar das pessoas

Objectivos Operacionais

Eficácia Ponderação 30,00%

01. (OE1) – AUMENTAR A PRODUÇÃO DE ENERGIA ATRAVÉS DE FONTES RENOVÁVEIS E PROMOVER A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA Peso 10%

INDICADORES	2010	2011	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Realizado até 30 de Junho	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 1. N.º de tarefas para implementação de Diretivas de Eficiência Energética	n.d.	12	10	1	12	30%	5	10	100%	Atingiu
Ind 2. N.º de medidas implementadas de Diretivas de Energias Renováveis	n.d.	100	90	9	100	30%	2	100	125%	Superou
Ind 3. N.º médio de dias para implementar o Sistema de Certificação de Biocombustíveis - PT	n.d.	100	100	9	90	40%	83	101	100%	Atingiu

02. (OE2) – PROMOVER O INVESTIMENTO EM FATORES-CHAVE DE COMPETITIVIDADE Peso 10%

INDICADORES	2010	2011	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Realizado até 30 de Junho	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 4. N.º de acções na "Iniciativa Matérias-primas" (CE)	n.d.	2	2	0	3	50%	3	3	125%	Superou
Ind 5. N.º de tarefas no âmbito da coordenação da Diretiva INSPIRE - Recursos Minerais	n.d.	1	1	0	2	50%	1	1	100%	Atingiu

03. (OE2) – DESENVOLVER AÇÕES DE ÂMBITO INTERNACIONAL Peso 20%

INDICADORES	2010	2011	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Realizado até 30 de Junho	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 6. N.º de acções no âmbito da participação com funções executivas em projetos ou programas internacionais	n.a.	n.a.	45	2	48	30%	38	47	100%	Atingiu
Ind 7. N.º de reuniões no âmbito da cooperação como Perito em Redes e Grupos de Trabalho internacionais	n.a.	n.a.	45	3	56	30%	42	54	120%	Superou
Ind 8. N.º de novos eventos e parcerias internacionais	51	16	18	1	23	40%	15	22	120%	Superou

04. (OE1) – ASSEGURAR A DIVULGAÇÃO DA ATIVIDADE DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA Peso 40%

INDICADORES	2010	2011	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Realizado até 30 de Junho	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 9. N.º de artigos publicados em revistas científicas com arbitragem e pedidos de patentes	129	103	150	5	156	50%	94	148	100%	Atingiu
Ind 10. N.º total de objetos no repositório técnico e científico	459	955	1200	60	1262	50%	1000	1280	132%	Superou

05. (OE2) – APOIAR O ESTADO PORTUGUÊS E SEUS AGENTES NA PROSECUÇÃO, DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS Peso 20%

INDICADORES	2010	2011	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Realizado até 30 de Junho	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 11. Planos Nacionais e Estudos de Impacto Ambiental de apoio a políticas públicas	153	90	35	3	40	50%	9	39	120%	Superou
Ind 12. N.º de pareceres e relatórios técnicos efetuados de apoio à elaboração de políticas públicas	520	151	160	15	175	50%	149	175	125%	Superou

Eficiência Ponderação 50,00%

06. (OE1) – ASSEGURAR RECEITA PRÓPRIA DO LNEG, ATRAVÉS DE PROJETOS DE I&DT, AT&T, E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO PARA O SETOR ECONÓMICO Peso 100%

INDICADORES	2010	2011	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Realizado até 30 de Junho	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 13. Percentagem do montante de auto-financiamento relativamente ao total das despesas	0,38	0,42	0,44	0,01	0,55	100%	0,27	0,53	120%	Superou

Qualidade Ponderação 20,00%

07. (OE3) – MELHORIA DE PRODUTOS, SERVIÇOS E PROCESSOS PARA O EXTERIOR Peso 20%

INDICADORES	2010	2011	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Realizado até 30 de Junho	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 14. Grau de satisfação dos clientes externos	n.d.	n.d.	3,5	0,20	3,85	100%	n.a.	4,4	164%	Superou

08. (OE3) – MELHORIA DE PRODUTOS, SERVIÇOS E PROCESSOS INTERNOS Peso 40%

INDICADORES	2010	2011	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Realizado até 30 de Junho	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 15. Grau de satisfação dos clientes internos	n.d.	n.d.	2,5	0,20	2,75	35%	n.a.	2,68	100%	Atingiu
Ind 16. % de trabalhadores que adquiriram formação	n.d.	n.d.	20%	0,50%	30%	35%	8%	21%	103%	Superou
Ind 17. N.º de medidas implementadas de melhoria dos instrumentos de avaliação de atividade	n.d.	n.d.	1	0	2	30%	4	4	175%	Superou

09. (OE3) – ASSEGURAR DESEMPENHO DOS LABORATÓRIOS, RELATIVAMENTE AOS SERVIÇOS QUE PRESTAM Peso 40%

INDICADORES	2010	2011	META 2012	Tolerância	Valor crítico	PESO	Realizado até 30 de Junho	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Ind 18. % de medidas implementadas do Manual da Qualidade comum aos laboratórios acreditados pelo IPAC	n.d.	0,0	50%	5%	56%	100%	25%	50%	100%	Atingiu

Objectivos Relevantes: 01, 02, 05, 08 e 09.

Indicadores	Fonte de Verificação
1 a 18	Base de dados Plataforma de monitorização CpE (histórico) + instrumento síntese de monitorização QUAR Global 2012 + Relatório de Atividades
9	LNEGBASE e Relatório de Atividades
10	Repositório LNEG
13	FORGest e Relatório de Atividades
14 e 15	Resultados da sondagem (interna e externa)

JUSTIFICAÇÃO DOS DESVIOS

IND 1	Indicador revisto para 2012 face aos requisitos das novas etapas da implementação da diretiva , não se tendo prevista necessidade de alterar meta na monitorização semestral por ter tido nos 2 primeiros trimestres maior expressão o arranque das tarefas planeadas.
IND 2	Indicador revisto para 2012 face aos requisitos das novas etapas da implementação da diretiva , não se tendo previsto necessidade de alterar meta por se saber que o maior desenvolvimento e implementação ocorreriam os 2 últimos trimestres pela expressão do arranque das novas tarefas.
IND 3	Superado por ter sido menor o período de tempo dispendido para a implementação face ao previsto.
IND 4	Apesar de aparentemente superável, na verdade decorreram a maior parte das ações previstas no 1º semestre, não sendo previsível então uma meta alterada.
IND 5	Já realizada no 1º semestre a única tarefa planeada /prevista para 2012: a coordenação do plano de atividades definido.
IND 6	De acordo com o planeado, com maior expressão numérica no 1º semestre.
IND 7	Devido à retoma de estímulos à cooperação na envolvente internacional e face às novas solicitações, o LNEG criou condições para satisfazer mais pedidos e oportunidades de cooperação internacional, oportunidades que não poderia descurar neste momento de viragem para a adequação aos trabalhos preparativos do Programa-Quadro Horizonte 2020. Apenas mais 9 reuniões que o valor planeado numa rede de 137+96 participantes onde estiveram em execução um projeto por participante em média (cf Relatório de Atividades de 2011) correspondente ainda assim a um valor abaixo do valor crítico estimado em alta face a saber-se que muitos parceiros abordariam o LNEG num incentivo mobilizador por parte da Comissão Europeia para inclusão de Portugal no Horizonte 2020 e nomeadamente em novas candidaturas não programadas ainda no âmbito do Programa-Quadro para a Competitividade e a Inovação e do Instituto Europeu de Inovação e Tecnologia que abrem perspetivas para o novo Programa-Quadro Horizonte 2020. Mesmo assim, o resultado foi de apenas de mais cerca de 10% das ações e inferior ao valor crítico proposto, o que é surpreendente num Instituto com a dimensão do LNEG.
IND 8	Foi preterido o investimento em meras participações em eventos (congressos, reuniões de caráter geral) face a uma maior valorização do investimento de recursos humanos e financeiros em projetos, programas e reuniões de caráter executivo. Ainda assim registou-se apenas mais um evento que valor crítico projetado antevendo as solicitações e oportunidades de novos eventos e parcerias com o LNEG, I.P..
IND 9	Em andamento de acordo com o previsto no 1º semestre mas cresceram de forma inesperada os convites para publicações a que os investigadores do LNEG conseguiram dar resposta, no 2º semestre. Este acréscimo está alinhado não só com a procura maior que o esperado de parcerias com o LNEG mas também pela capacidade de resposta conseguida, sendo de informar aqui outro factor: em 2011 diminuiu aparentemente a produtividade neste indicador mas, na verdade, as submissões tardias apenas vieram a ser editadas em 2012, o que também contribui para um desvio mais acentuado face ao planeado em outubro de 2011. Em termos institucionais, é desejável que este indicador seja sempre muito superado, dado que reflete o esforço de uma fase crucial da I&DT e Inovação: a comunicação dos resultados à comunidade mundial.
IND 10	Em consequência do maior número de publicações conseguidas, a evolução dos registos no repositório superou em 20 o número planeado, o que é um desvio positivo normal num conjunto de 231 autores potenciais; indica maior produtividade e não chega a uma contribuição de mais uma publicação que o planeado por 10% dos investigadores e técnicos do LNEG.
IND 11	A oscilação do desempenho do LNEG neste Indicador ao qual responde a 100% dos períodos nos prazos estabelecidos (como no Indicador 11) depende, exclusivamente, da procura por parte dos organismos oficiais face às políticas definidas e à capacidade de implementação dessas mesmas políticas pela APA através das Comissões de Avaliação de Impacto Ambiental e pelas Câmaras no que respeita aos Planos Diretores Municipais.
IND 12	Indicador que tal como definido flutua com a conjuntura política-económica, a ser melhorado em 2013 pela tipificação dos Relatórios a incluir de acordo com os graus de complexidade. Não é minimamente aceitável que o LNEG seja penalizado em termos de avaliação QUAR num indicador referente a uma actividade institucional a que dá prioridade máxima, a que aloca os seus melhores recursos humanos, exigindo frequentemente trabalhos de campo, visitas de campo e presença em reuniões de Comissões de Acompanhamento. De notar que 150 pareceres, correspondem sensivelmente a 3 pedidos por semana; se cada um tiver duração de 1 semana de trabalho, é necessário alocar 3 pessoas (em equipas multidisciplinares) em permanência a essa actividade.
IND 13	Novo indicador para efeitos de benchmarking e que substitui 2 Indicadores anteriores mal definidos e que penalizaram a avaliação do LNEG em 2010 e 2011. De notar que um incremento de 0,07 no valor crítico para o autofinanciamento tornando-o superior a 50% num Laboratório de Estado num país e numa Europa em crise declarada, é um desvio de facto inesperado- resultado apenas de um esforço institucional não só planeado como consciente porque desejado.
IND 14	Evolução positiva nas respostas ao questionário de avaliação da satisfação lançado no final do ano.
IND 15	Resultado de acordo com o planeado.
IND 16	Implementado um plano de melhoria cujos objetivos foram alcançados.
IND 17	Excedidas em 2 as medidas corretivas e de melhoria planeadas face a necessidades diagnosticadas e comunicadas não previstas, em resultado de um esforço suplementar das equipas dos órgãos de gestão.
IND 18	Meta rigorosamente alcançada de acordo com o plano de ação definido para 2012.

JUSTIFICAÇÃO DO VALOR CRÍTICO

IND 1	Fundamentação legal no âmbito do plano de implementação definido na Diretiva.
IND 2	Fundamentação legal no âmbito do plano de implementação definido na Diretiva.
IND 3	Fundamentação legal no âmbito do plano de implementação definido no Regulamento de suporte ao Sistema de Certificação de Combustíveis. Por lapso estava trocado o VC com a Meta, pois esta é superada pelo decréscimo.
IND 4	Fundamentação legal no âmbito do plano de implementação definido na Diretiva.
IND 5	Fundamentação legal no âmbito do plano de implementação definido na Diretiva.
IND 6	Valor mais elevado de execução previsível com base no Plano de Atividades para 2012.
IND 7	Valor mais elevado de reuniões contabilizadas no histórico como somatório da EERA, AIE, SET-Plan, EU-GCC, ESEIA, CYTED e Eurogeosurveys com base no Plano de Atividades para 2012. Depois da monitorização semestral foi revisto para 56 (por definição 125% relativamente à meta)
IND 8	O valor 51 do histórico dizia respeito aos novos eventos relacionados com programas conjuntos na UE nascidos de 2010 e que deram origem ao lançamento das atividades a concretizar com o Indicador anterior, nº 7 de 2012, pelo que, de acordo com o Plano de Atividades, o valor da meta iria descer significativamente, o que se verificou. O valor crítico passou a 20 (125% x o valor máximo obtido com a mesma métrica em 2011 = 18).
IND 9	Valor crítico considerado difícil de atingir, porque nunca atingido, mas proposto como estímulo à capacidade de aumentar a produção técnico-científica e a inovação.
IND 10	Novo indicador em 2012, em que o valor crítico considerado difícil de atingir, porque nunca atingido no histórico existente, foi proposto como estímulo à capacidade de aumentar a visibilidade e conteúdos do repositório técnico e científico.
IND 11	Julgou-se (conforme comunicações pessoais dos clientes) que em consequência, principalmente, das sucessivas alterações de políticas públicas, mas também pela conjuntura económica-financeira desfavorável, em particular para a despesa pública, seria adequado refletir no valor crítico para 2013 um valor que de algum modo refletisse o decréscimo de mais de 50% nos resultados de 2010 para 2011 neste Indicador. Tal percepção precaucionária revelou-se certa na medida em que o valor crítico de menos 44% de Ações do que em 2011 foi praticamente (desvio = -1) atingido em 2012, e os resultados se mantiveram mais comparáveis com os de 2011 que com os de 2010.
IND 12	Valor crítico difícil de definir por oscilar com a conjuntura; subida do valor alcançado face ao previsto no 1º semestre reflete estabilidade de expectativas (pedidos de informação, planos diretores, etc) a sobrepôr-se à crise de mercado da oferta e procura, pelo que se reviu no 1º semestre o valor crítico para 160 e logo de seguida com um pico anormal de pedidos reviu-se o mesmo para 175. Ainda assim, o LNEG está longe de dominar os fatores associados a este indicador, em discussão interna. Logo que consolidada, será proposto indicador independente e autónomo.
IND 13	Valor crítico é um máximo admissível de alcançar através de vários incentivos à captação de receita apesar de nunca alcançado.
IND 14	Valor máximo considerado possível e nunca alcançado.
IND 15	Valor sem histórico, considerado tangível face aos fatores adversos, mudanças organizacionais em curso e decréscimo de recursos.
IND 16	Máximo definido no Plano de Atividades de 2012.
IND 17	Máximo previsto e exequível tal como definido no Plano de Atividades de 2012.
IND 18	Valor limite de tarefas exequíveis em linha com o Plano da Qualidade para 2012.

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	EFETIVOS PLANEADOS	EFETIVOS a)	PONTOS PLANEADOS	PONTOS EXECUTADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção Superior	20	3	3	60	60	0
Dirigentes - Direcção intermédia e chefes de equipa	16	8	7	128	112	-16
Investigação Científica	12	139	136	1668	1632	-36
Técnico Superior	12	97	95	1164	1140	-24
Coordenador Técnico - (inclui chefes de secção)	9	8	5	72	45	-27
Informáticos	9	15	15	135	135	0
Assistente Técnico	8	87	77	696	616	-80
Assistente operacional	5	28	26	140	130	-10

Total		385	364	4063	3870	
-------	--	-----	-----	------	------	--

a) Número de postos de trabalho propostos no Mapa de Pessoal aprovado para 2012 (dados a 31 de dezembro 2012)

Recursos Financeiros		Unidade: euros		
DESIGNAÇÃO	PLANEADOS	EXECUTADOS	DESVIO	
Orçamento de funcionamento	22.994.126,00	17.884.456,29	5.109.669,71	
Despesas c/Pessoal	13.102.295,00	11.926.598,06	1.175.696,94	
Aquisições de Bens e Serviços	5.305.693,00	3.752.159,39	1.553.533,61	
Outras despesas correntes	2.566.546,00	1.661.489,04	905.056,96	
Despesas de Capital	2.019.592,00	544.209,80	1.475.382,20	
PIDDAC	0,00	0,00	0,00	
Despesas por Receitas Gerais	11.632.155,00	11.021.799,96	610.355,04	
Despesas por Autofinanciamento	11.361.971,00	6.862.656,33	4.499.314,67	
	22.994.126,00	17.884.456,29	5.109.669,71	

Realização Objectivos		Eficácia	Eficiência	Qualidade
OO1	108%	116%		
OO2	113%			
OO3	114%			
OO4	116%			
OO5	123%			
OO6	120%		120%	
OO7	164%			122%
OO8	123%			
OO9	100%			

RESULTADO GLOBAL (%)	EFICÁCIA (%)	EFICIÊNCIA (%)	QUALIDADE (%)
	116%	120%	122%
119%	34,7%	60,2%	24,4%

Justificação de desvios	
Indicador	Justificação
10	O número total de objetos no repositório técnico e científico conta com publicações internacionais e nacionais. Com as restrições de orçamentos para internacionalização, e, nomeadamente, para participação em Congressos, Encontros e Workshops, deslocou-se o investimento de divulgação presencial de conhecimento e resultados de I&DT&I para o plano nacional, onde cresceram então as publicações em eventos cujos Livros de Atas não têm arbitragem científica. Para todos os efeitos este acréscimo de % de atividade de traduz maior produtividade de I&DT&I e maior aproximação ao cidadão, às empresas e à sociedade em geral.

Justificação de desvios	
Indicador	Justificação
14	Grau de satisfação dos clientes externos excedeu todas as expetativas evidenciando um cenário envolvente de clientes que na conjuntura política-económica nacional são favoráveis à procura do LNEG-Portugal como parceiro preferencial com capacidade de resposta para transferir conhecimento e tecnologias nos domínios da energia e da geologia, relativamente a 2011. Este Indicador, tal como formulado em 2012, não tem histórico; e o Valor crítico, correspondente a 3,5 numa escala de 0 a 5, foi previsto num compromisso de assegurar as respostas aos clientes em prazo apesar das contingências estruturais e político-económicas e financeiras limitantes da capacidade de resposta do LNEG face à procura intensa das suas competências pelos mercados.

Justificação de desvios	
Indicador	Justificação
17	O aumento do número de medidas implementadas de melhoria dos instrumentos de avaliação de atividade, face ao planeado, é, não só reflexo do esforço realizado para superar as deficiências persistentes do Sistema de controlo interno detetadas após a avaliação de 2011, mas, também, uma reação ao estímulo proporcionado pela inesperada Resolução do Conselho de Ministros nº 12/2012, de 7 de Fevereiro, da Presidência do Conselho de Ministros, a qual aprovou o plano global estratégico de racionalização e redução de custos com as TIC na Administração Pública. Subsequentemente, resultaram melhorias de processos internos para a) promover a utilização de recursos e serviços partilhados do Estado no âmbito da avaliação de desempenho (GeADAP); b) normalizar e automatizar os processos de gestão de recursos humanos, tornando -os mais eficientes; e c) melhorar o nível e instrumentos de gestão de recursos humanos na AP, indexados na Medida 10: Medidas de racionalização transversais potenciadas pelas TIC e na Medida 21: Adoção de software aberto nos sistemas de informação do Estado (caso do desenvolvimento do Inquérito de satisfação interna).